

ARTIGO - 2. PATRIMÔNIO CULTURAL E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI: O PATRIMÔNIO NA ÉPOCA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A CONSERVAÇÃO ENTRE NOVOS E VELHOS RISCOS / AS ESCALAS DO PATRIMÔNIO: LOCAL - GLOBAL / MODELOS INOVADORES DE GESTÃO PARTICIPATIVA E ENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS / ESTRATÉGIAS DE FINANCIAMENTO PARA A CONSERVAÇÃO..

QUANDO CONSERVAR É HABITAR: ENTRE NOVOS E VELHOS DESAFIOS NO CORAÇÃO DA CIDADE DE SÃO LUÍS

Giovanna Silva Oliveira (giovannasoliveira21@gmail.com)

A conservação do patrimônio cultural sempre esteve sujeita a riscos múltiplos, que vão além da degradação física. Se antes os principais desafios eram a ruína material, o abandono habitacional e a negligência das políticas públicas, hoje esses riscos persistem, mas se somam a novas ameaças: turismo predatório, processos de museificação. Esse entrelaçamento de riscos evidencia o que Gorelik (2005) já sinalizou em seu texto: Com o ruir do confiança técnica, urge o reconhecimento da ação popular como agente de transformação para uma radicalização. As estratégias de preservação precisam integrar as abordagens que tocam no cotidiano de quem vive e resiste a conservar o coração da cidade, o centro histórico.

O Centro Histórico de São Luís exemplifica essa sobreposição de velhos e novos riscos. Ao longo de décadas, políticas públicas deram privilégio a monumentalidade e ao turismo, negligenciando a habitação (Wall, 2011; Amaral, 1998). Como consequência, instaurou-se um ciclo de abandono da elite que culminou numa degradação física e sobreviveu graças a resistência

da camada mais popular que viu o foco e investimento da cidade deixando aquele espaço e dando abertura para outras dicotomias como a patrimonialização e a museificação dando margem para que esse espaço se fragmente.

Autores como Gustavo Giovannoni (2024) e Marchi (2016) já defendiam a conservação cujo monumento e cotidiano coexistem, e dão potências residenciais, culturais e comerciais como condição de vitalidade urbana. Essa perspectiva dialoga com Alois Riegl (2014), que apontava o “valor de uso” como superior ao culto à antiguidade, e com Muñoz-Viñas (2004), que enfatiza a centralidade dos valores sociais na conservação.

A partir dessa base teórica, argumenta-se que o incentivo ao uso habitacional no centro histórico constitui uma resposta estratégica para mitigar tanto riscos antigos quanto novos. A presença de moradores assegura a manutenção cotidiana do patrimônio, fortalece a resiliência comunitária diante de crises (como a pandemia de Covid-19) e equilibra as pressões turísticas, garantindo que o centro permaneça um espaço vivo e acessível.

Assim, a regeneração urbana — entendida como abordagem integrada capaz de conciliar preservação patrimonial, vitalidade social e sustentabilidade (Robert & Sykes, 2010) — emerge como alternativa essencial. No caso de São Luís, a habitação deve ocupar o centro das políticas de conservação, não apenas como estratégia de uso, mas como condição para superar os riscos que ameaçam o patrimônio cultural no século XXI.

Palavras-chave: conservação; regeneração urbana; habitação; centro histórico; são luís.